



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA

DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E AO
COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico Temporário de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima (GTT/PNMC)

8ª REUNIÃO GTT PNMC

Data: 03 de abril de 2024 - das 15h às 18h.

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 7º andar, sala 737.

Esta reunião não foi transmitida virtualmente e os seguintes membros estavam presentes:

ÓRGÃO/ENTIDADE/INSTI TUIÇÃO	REPRESENTANTE	CARGO
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	André Luiz Campos de Andrade (Titular)	Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial do Clima
Presidência da República - Casa Civil	Gabriel Henrique Lui (Titular)	Secretário Adjunto V da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento
	Diogo Victor Santos (Suplente)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil (Titular)	Diretor de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - DEPROS/SDI-MAPA

	Adriano Santhiago de Oliveira (Suplente)	Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA
Ministério das Cidades	Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho (Titular)	Assessora do Gabinete do Ministro
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Márcio Rojas da Cruz (Titular)	Coordenador-Geral de Ciência do Clima
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Suplente)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Ministério de Minas e Energia	Karina Araújo Sousa (Titular)	Diretora do Departamento de Transição Energética
	Marco Antônio Juliatto	Coordenador-Geral de TE
Ministério das Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Suplente)	Subchefe da Divisão de Ação Climática
Ministério dos Transportes	Fani Mamede (Titular)	Chefe de Serviço de Assessoria
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora Geral Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil
AGU (§8º do art. 5º do Regimento Interno do CIM)	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

ÓRGÃO/ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	CARGO
DPMA/SMC/MMA	Mario Henrique R. Mendes	Analista Ambiental
LACLIMA	Caroline Prolo	Co-fundadora
Ministério dos Povos Indígenas	Mauricio Polidoro	Coordenador de Articulação de Políticas de Adaptação às Mudanças Climáticas
Ministério dos Povos Indígenas	Cláudia Franco	Coordenadora-Geral
Casa Civil	Rafael Dias	Gerente de Projetos
FBMC	Caio Vitor Vieira	Especialista em Relações Governamentais

SECEX/MMA	Lidiane Melo	Gerente de Projetos
DCOL/SMC/MMA	Thiago Longo Menezes	Coordenador - Geral
DCOL/SMC/MMA	Vana Tércia Freitas	Analista Ambiental
DCOL/SMC/MMA	Camila N.S Oliveira	Coordenadora de Projetos
DCOL/SMC/MMA	Júlia Santos Ramalho	Estagiária

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT PNMC

O Sr. André Luiz Campos de Andrade, membro titular do MMA, coordenador do GTT abriu a reunião, relatando que todas as contribuições enviadas foram analisadas com exceção da última versão encaminhada pelo MME, encaminhadas na véspera da reunião.

O coordenador pediu flexibilidade dos membros deste GTT nas definições de texto do PL em discussão, de modo a avançarmos com a proposta. Lembrou os próximos passos que o PL ainda percorrerá, ressaltando que haverá novas oportunidades para contribuições.

Propôs 5-10 minutos de debate por tema. Não havendo consenso, a divergência seria marcada no texto e a discussão avançaria para o próximo ponto do PL.

2 – Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC

Passou-se para a discussão dos dispositivos do PL, cujo texto foi projetado já com algumas das contribuições enviadas.

O artigo 1º já tinha sido aprovado com uma pequena alteração na reunião anterior, mas, com as contribuições enviadas, foi feita nova proposta, conforme apresentado e o texto foi aprovado.

Houve uma proposta para a utilização de “emissões líquidas zero”, conforme termo utilizado no IPCC, no lugar de “neutralidade” ao longo de todo o PL.

Sobre o parágrafo único, sugeriu-se utilizar o texto do artigo 11 da Lei atual e foi aprovado.

O artigo 2º com os conceitos será discutido ao final, conforme combinado na reunião anterior.

No artigo 3º, os incisos já aprovados na reunião anterior foram destacados e apresentaram-se as novas redações para alguns dos incisos.

Houve debate sobre a melhor redação para o inciso sobre “equidade”; sobre a inclusão do termo “desenvolvimento sustentável” dentre os princípios ou objetivos; e sobre o

estabelecimento ou não de um conceito para “progressividade”, que foi aprovado como um dos princípios.

Houve sugestões pontuais nos incisos finais que tratam de “integração e transversalidade”.

Além disso, a inclusão de um parágrafo único no artigo 3º foi aprovada, mencionando os princípios estabelecidos em acordos internacionais.

Passou-se à apresentação do artigo 4º sobre os objetivos da PNMC para o qual houve sugestões dos órgãos para quase todos os incisos. No inciso I, observou-se a necessidade de compatibilização ao texto do artigo 1º.

Houve debate sobre a manutenção do termo “território nacional” para a menção às remoções por sumidouros de gases de efeito estufa e ficou estabelecido voltar posteriormente para essa decisão.

O caput foi ajustado com a mesma redação dos artigos 3º e 5º: “São objetivos da PNMC”.

Sobre o inciso IV, comentou-se sobre a hierarquia entre os acordos internacionais e políticas nacionais. Houve um debate sobre os termos do inciso com propostas de alteração, incluindo “demais tratados internacionais sobre mudança do clima dos quais o Brasil seja signatário”. Destacou-se a necessidade de se corrigir o nome da CQNUMC escrito por extenso ao longo de todo o texto.

Passando para o inciso V, houve proposta para o GTT avaliar se o texto cabe como objetivo da PNMC ou se estaria melhor na forma de diretriz. Decidiu-se considerar como diretriz. A situação foi proposta para o inciso VI, que será movido para a parte das diretrizes com a sugestão de inclusão de “regeneração e uso sustentável”.

No inciso VII, observou-se novamente a necessidade de compatibilização ao texto do artigo 1º. Houve debate sobre o estabelecimento de trajetória e/ou de metas intermediárias (estabelecidas de cinco em cinco anos) como objetivo e, no fim, resolveu-se incluir as metas quinquenais no inciso I e apagar o VII.

Foi explicado que o inciso VIII é o dispositivo 2.1c do Acordo de Paris. Houve debate se esse inciso deveria ficar em objetivo ou diretriz, mantendo-o como objetivo. Houve alteração do texto proposto com a exclusão do inciso IX.

Sobre o inciso X, decidiu-se pela sua retirada por conter diversos temas que não são relacionados diretamente com a política climática para se tornarem objetivos da PNMC. Houve a sugestão para serem incluídos como diretrizes, especialmente a parte relacionada à biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Comentou-se que a EPANB cita o termo “sociobioeconomia” ao invés de “bioeconomia”. Um dos participantes também sugeriu menção aos povos indígenas e comunidades tradicionais, que exercem um papel primordial no enfrentamento à crise climática. Decidiu-se que isso será tratado no próximo artigo sobre diretrizes.

Foi apresentada a nova redação para o inciso XI, mencionando “trajetórias de transição justa” e todos concordaram.

Um dos representantes explicou a relevância da manutenção de um objetivo sobre “gerenciamento costeiro”, enfatizando a importância do tema e preocupação para que a lei tenha a melhor redação possível. Esse ponto ficou em suspenso para que o Departamento de Oceano da SMC/MMA seja consultado.

Passou-se para a discussão do artigo 5º, apresentando-se uma proposta, no inciso II, de inclusão da redação “sistemas de conhecimento locais, tradicionais e indígenas” para se contemplar uma das preocupações levantadas. Nesse ponto, houve uma proposta para inclusão de “que se mostrem economicamente viáveis e factíveis de implementação”, no entanto, vários representantes discordaram. Esclareceu-se que o custo de efetividade já entrou nos princípios ao qual todos concordaram. Após ajustes, a proposta da redação foi aprovada.

Houve uma sugestão de inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no inciso III e incluiu-se o termo “atualizações”.

Para o inciso IV, buscou-se a redação do inciso V dos objetivos (artigo 4º), conforme acordado anteriormente.

Aprovado o inciso V, foram realizados pequenos ajustes no inciso VI, conforme apresentado.

Nesse momento, interrompeu-se a discussão do texto, sem terminar a revisão de todos os incisos do artigo 5º. Passou-se ao debate sobre os próximos passos e ficou combinado que os órgãos irão mandar sugestões de texto para os instrumentos, independentemente da planilha que será enviada.

O plano será fechar o debate sobre as diretrizes, instrumentos e governança (até o artigo 21 do PL) nas próximas duas semanas.

O Sr. André Andrade (MMA) pediu novamente o compromisso de todos os membros para evitar o apego a pontos pequenos que podem travar o debate. Destacou que questões de dissenso serão tratadas num segundo momento.

Combinou-se que o DCOL/SMC/MMA irá circular uma nova planilha para o envio das contribuições aos artigos 6º ao 21 até o dia 12 de abril.

3 – Informes gerais e próximos passos

A reunião foi encerrada, ficando acertado que a 9ª Reunião do GTT/PNMC ocorrerá no dia 17/04/2024, às 15h.